

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA INCLUSÃO



PARQUE TECNOLÓGICO DE SOROCABA

Alexandre Baldi Netto

Realização: INSTITUTO FEDERAL São Paulo Câmpus Sorocaba

Autoras: Edineia Rodrigues Ribeiro, Edineide Pereira dos Santos Macedo, Maísa Antunes Messias
E-mails: edineia200951@gmail.com, lilamacedo1@gmail.com, polakamessias@gmail.com



Resumo

O presente trabalho busca, por meio de uma averiguação teórica e legal, analisar a formação do professor quanto à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas instituições de ensino regulares. Por ser este um mediador e facilitador no procedimento de ensino e aprendizagem, implementar a política de inclusão é essencial para que se efetive uma sociedade justa e democrática, sem discriminação, que garanta o direito a um ensino de qualidade, que respeite as diferenças. O estudo aponta para a presença de ações formativas baseadas em processos de desenvolvimento da docência por meio da legislação no âmbito do estado. Este processo de formação de professores, embora já esteja presente nos currículos de formação inicial, sobre a inclusão prevalece na formação continuada, no ambiente escolar, a discussão se mantém de forma generalista, frequentemente, na hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC).

Palavras-chave: Formação de Professores. Educação Especial e Inclusiva.

Introdução

O tema da formação de professores para a inclusão escolar da pessoa com deficiência decorre da adequação do processo escolar à diversidade dos alunos, quando a escola assume que as dificuldades experimentadas por alguns alunos são resultantes, entre outros, do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. Em consonância com a legislação educacional brasileira atual, a educação especial passa integrar a proposta pedagógica da escola, apoiando a plena inclusão de todos por meio de recursos, serviços e do atendimento educacional especializado (BRASIL, 2010). Entretanto, é preciso considerar as diferenças entre a educação especial e a educação especial na perspectiva inclusiva, a partir da perspectiva que a escola é uma organização complexa que tem a função de promover a educação para o exercício da cidadania, mediante um trabalho coletivo de forma que todos que compõem a comunidade escolar são responsáveis pelas práticas pedagógicas, neste sentido educação especial e inclusiva deve ser pauta permanente na formação continuada ofertada aos professores e demais funcionários para que possam ser concebidas ações inclusivas no contexto educacional norteadas a partir das necessidades e habilidades individuais dos alunos para além da deficiência.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada a partir de estudo de artigos publicados e a legislação educacional sobre a temática da inclusão com a finalidade de fazer uma reflexão que a literatura traz quanto a formação de professores inicial e continuada e a concepção da educação especial e educação na perspectiva da educação inclusiva, para isso foram utilizadas os seguintes autores: Kassar (2010), Mantoan (2003) e Ministério da Educação. Como um processo de diversidade de contrapontos, considerando o docente em sua prática pedagógica, atendendo as suas necessidades educacionais especiais.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.
- KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Diálogos com a diversidade: desafios da formação de educadores na contemporaneidade**. (Org). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão: contornando e ultrapassando barreiras**. Laboratório de estudos e pesquisas em ensino e diversidade. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/caminhos_pedagogicos_da_inclusao.htm>. Acesso em: 20 ago. 2019.

Resultados e Discussões

A educação especial e inclusiva desenvolvida no ambiente escolar deve ser encarada na sua devida relevância para que se desmistifique a crença de que são os conhecimentos referentes à conceituação, tipologia das deficiências e outros temas correlatos que lhes trarão alívio e competência para ensinar a todos os alunos de uma mesma turma. (MANTOAN, 2003). As dificuldades próprias do processo de ensino e de aprendizagem devem ser refletidas de forma ampla e consistente visando abrir novos caminhos pedagógicos aos professores, com múltiplas possibilidades para alcançar seus objetivos educacionais, este espaço de discussão tem sido desenvolvido na Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC. O estudo demonstra que a simples discussão acerca dos problemas e das necessidades educacionais, ela se constitui em um espaço de formação no qual se relaciona o saber do professor e a sua experiência, com as relações de sala de aula (KASSAR, 2010). Tradicionalmente, a Educação Especial tem se caracterizado como um sistema paralelo e segregado de ensino, voltado para o atendimento especializado de indivíduos com deficiências, distúrbios graves de aprendizagem e / ou de comportamento, e altas habilidades, conforme ressalta Kassar (2010). Entretanto, as discussões acerca do tema fundamentou a legislação educacional a partir da concepção de da Educação Inclusiva como princípio básico, ou seja, que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois estas se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias. Entre outras ações, o apoio não deve definir e/ou se restringir a explicar o que um aluno tem capacidade ou não de aprender, faz-se necessário evitar situações desencorajantes e inibidoras da capacidade do professor criar novas maneiras de ensinar devem ser definitivamente abolidas, pois elas estabelecem antecipadamente o que é impossível de se prever, ou seja, o que um aluno consegue assimilar de um conteúdo escolar, em uma dada situação de aprendizagem. As mais recentes normas sobre a formação inicial e continuada do professor, trazidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - DCN (BRASIL, 2010), destacam que os cursos de formação de professores e demais profissionais da educação devem incluir a educação especial e inclusiva em seus currículos.

Conclusão

A proposta de educação inclusiva não pode ser pensada de maneira desarticulada da luta pela melhoria e transformação da Educação como um todo, nem tampouco isolada do debate mais abrangente sobre as pressões econômicas, políticas, sociais e culturais que configuram a realidade brasileira contemporânea. Pois, incluir alunos com necessidades educacionais especiais num quadro escolar precário e sem o devido suporte especializado aos professores do ensino regular, não romperá por si só o circuito da exclusão. Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. Para tornar-se inclusiva, a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, bem como rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem usando seu espaço de HTPC ou não. Isto implica em avaliar e reorganizar sua estrutura, organização, projeto político-pedagógico, recursos didáticos, práticas avaliativas, metodologias e estratégias de ensino.